

EMBAIXADORES NO PRÓPRIO TERRITÓRIO

Faz quase 10 anos que Brasília conquistou a independência política com a eleição dos primeiros representantes no Congresso Nacional. A data deve provocar alguma reflexão na sociedade sobre a atuação das bancadas eleitas para defender os interesses do Distrito Federal, em substituição a uma comissão de senadores de outros estados que, até então, determinava o rumo dos investimentos e ações. A democracia é bem-vinda, mas o balanço não é positivo. Brasília, ao mesmo tempo em que continua dependendo das

verbas federais para se manter, ainda — 40 anos depois — não se completou como capital administrativa e os nossos deputados e senadores pouco fizeram para mudar este quadro além de demonstrar uma plácida boa vontade.

O Rio de Janeiro continua com o maior contingente de funcionários públicos federais do Brasil, 145 mil — mais que o dobro do número de Brasília. E uma série de órgãos federais continua se recusando a vir para o Planalto Central. Não há uma ação coordenada para pressionar

ministérios e administração central a transferir esses órgãos para o Distrito Federal e a bancada brasiliense acaba se perdendo em picuinhas, por mais que dê o bom exemplo das emendas coletivas, o que fortalece os pedidos de investimento no Distrito Federal.

Não há também um trabalho que mostre aos outros quase 600 congressistas o que é a Brasília real, cheia de problemas a poucos quilômetros dos gabinetes acarpetados onde eles trabalham e que precisam ser resolvidos, sob pena de contaminar todo o país e inviabilizar a capital da República. Ou seja, falta contato entre os parlamentares de Brasília e os de outros estados. Pelo menos um contato produtivo. É preciso que os parlamentares sejam embaixadores dentro de seu próprio território. Mos-

A CIDADE QUE TEM A MAIOR RENDA PER CAPITA DO PAÍS CONVIVE COM A MISÉRIA NOS CALCANHARES E NÃO PODE MUDAR O QUADRO SOZINHA

trem que a cidade que tem a maior renda per capita do país convive com a miséria nos calcanhares e não tem poderes para mudar este quadro sozinho.

Mais grave ainda é a pouca intimidade que a maioria dos políticos brasilienses tem com os meandros burocráticos da política nacional. O caso mais recente é a descoberta de uma portaria que transferia a área de compras dos ministérios para os estados onde fossem ser aplicados os investimentos, uma descentralização que criaria sérios problemas para as empresas da cidade que têm

negócios com o governo federal. A portaria só foi descoberta porque um dos empresários soube e procurou um deputado federal, que conseguiu, pelo menos temporariamente, cancelá-la.

É preciso que os parlamentares vejam o Distrito Federal como uma região em formação e, ao mesmo tempo, transformação. Não se pode mais pensar o DF sem tomar ciência dos problemas do Entorno. Há dados esclarecedores: 70% da mortalidade infantil no Distrito Federal é de crianças moradoras do Entorno que cruzam a fronteira para mor-



rer aqui; todos os dias 45 mil pessoas deixam a cidade de Águas Lin-

das e entram no Distrito Federal para trabalhar.

Mas não se tem feito muita coisa para resolver o problema, além de projetos. É preciso ação imediata. Não basta que os deputados e senadores se mostrem bem preparados individualmente, tenham influência sobre assuntos nacionais, se não conseguem se unir por um projeto comum para o Distrito Federal, que elegeu a todos. Um parlamento nacional não é espaço para debates locais e os parlamentares devem estar mais voltados para o futuro do que para o presente.